

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
CURSO DE PEDAGOGIA**

ERICA DE LIMA DE MATOS

AS MULHERES NO SÉCULO XIX: Um estudo sobre as representações do gênero feminino em três obras de Maria Firmina dos Reis (Úrsula, Gupeva e a Escrava)

Imperatriz
2019

ERICA DE LIMA DE MATOS

AS MULHERES NO SÉCULO XIX: Um estudo sobre as representações do gênero feminino em três obras de Maria Firmina dos Reis (Úrsula, Gupeva e a Escrava)

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Mariléia Santos Cruz da Silva.

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

MATOS, Erica de Lima de.

AS MULHERES NO SÉCULO XIX: um estudo sobre as representações do gênero feminino em três obras de Maria Firmina dos Reis (Úrsula, Gupeva e A Escrava) / Erica de Lima de Matos. - 2019.

p.50

Orientador(a): Mariléia Santos Cruz da Silva.
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2019.

1. Maria Firmina dos Reis. 2.Educação Feminina. 3. Século XIX.
4. Maranhão. I. SILVA, Mariléia Santos Cruz da. II. Título.

ERICA DE LIMA DE MATOS

AS MULHERES NO SÉCULO XIX: Um estudo sobre as representações do gênero feminino em três obras de Maria Firmina dos Reis (Úrsula, Gupeva e a Escrava)

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Mariléia Santos Cruz da Silva.

Aprovada em: ____/____/2019.

BANCA EXAMINADORA

Mariléia Santos Cruz da Silva (Orientadora)
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Kelly Lislie Julio (Examinadora)
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Alexandre Ribeiro e Silva (Examinador)
Mestre em Educação
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

AGRADECIMENTOS

“Até aqui nos ajudou o Senhor” (Bíblia Sagrada - 1 Samuel 7.12).

Primeiramente, sou grata a Deus por ter me dado saúde e disposição para realizar esse trabalho, e grata por tudo que Ele tem feito e pelo que Ele ainda irá fazer na minha vida.

Em especial minha professora/orientadora Dra. Mariléia Cruz, que não mediu esforços em me acompanhar, auxiliar e corrigir nos momentos apropriados, por todo o apoio, companheirismo e confiança na elaboração deste trabalho, e por todos os ensinamentos que levarei para a vida.

A Universidade Federal do Maranhão pela oportunidade de realizar esse curso.

A Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, pela bolsa de Iniciação Científica e todo apoio à pesquisa.

Aos meus colegas e amigos do grupo de pesquisa Cultura Escolar, Práticas Curriculares e História da Disseminação dos Saberes Escolares- CEPCHASES, pelo apoio e troca de conhecimento durante os anos de pesquisa.

Aos meus professores que não mediram esforços para me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e efetiva educação no meu processo de formação.

Aos meus pais Erinaldo, Alcione, Guilherme e Marta, pelo amor, incentivo e apoio incondicional e toda a minha família que me contentaram nos momentos de desânimo e me incentivaram nos momentos difíceis.

As minhas amigas Marize e Hana, que fizeram parte desse meu sonho do Ensino Superior. Me divertiram, incentivaram e que de forma direta e indireta fizeram parte da construção deste trabalho e de minha formação.

Ao meu amigo e namorado Mário Gabriel, pela alegria, cuidado e incentivo na construção deste trabalho.

As minhas amigas da Universidade, Bruna, Ediane, Vitória, Islene, Giuliana e Janne que sempre estiveram ao meu lado, apoiando, incentivando, alegrando e compartilhando os mais variados conhecimentos.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

“Os mortos continuam vivos, quando lhe cultuamos a memória”.

Nascimento Morais Filho

RESUMO

A história da vida de Maria Firmina dos Reis foi marcada por grandes conquistas dentro do contexto social patriarcal do século XIX. A sociedade era organizada para privilegiar os homens e eram eles que constavam majoritariamente na imprensa. Porém, no meio dos intelectuais maranhenses do século XIX destacou-se uma mulher, a quem identificavam como a “Exma. Sra. Maria Firmina dos Reis”. Ela adquiriu respeito através de seu trabalho, como professora de primeiras letras da Vila de São José de Guimarães, escritora e poetisa. Publicou quatro obras, nas quais deu voz às mulheres. A presente pesquisa foi produzida a partir da identificação e análise de fontes do acervo de jornais da hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional e do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) visando investigar o protagonismo da professora de primeiras letras Maria Firmina dos Reis na história maranhense, com ênfase na análise sobre as representações das mulheres em três de suas obras: *Úrsula* (1859), *Gupeva*, (1861) e *A escrava* (1887). Os autores que contribuíram para a fundamentação da pesquisa foram: Zin (2016, 2017), Nascimento Morais Filho (1975), Abrantes (2003, 2013), Henrique Leal (1873) e Dunshee de Abranches (1941), os quais possibilitaram uma maior compreensão sobre o assunto. O presente estudo está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo é abordada a vida de Maria Firmina, suas colaborações nos jornais da época e correções em sua biografia que foram disseminadas por muitos anos sem devida análise; no segundo capítulo, aborda-se sobre a educação da mulher no século XIX, expondo o objetivo pelo qual as mulheres recebiam educação, com destaque à superioridade masculino sobre o sexo frágil, assim denominado. As primeiras escolas femininas da província do Maranhão também recebem destaque nessa parte do trabalho, onde as mulheres pobres e ricas recebiam uma educação igualmente carente, pois adquiriam apenas uma educação para servir o “sexo varonil”. No terceiro capítulo são apresentadas as representações das mulheres, as quais são destacadas de forma explícita em *Úrsula*, *Gupeva* e *A Escrava*. As mulheres de distintas classes sociais e raças, ganham voz em seus romances e passam a narrar suas próprias histórias, fazendo de seus livros verdadeiros protestos na luta pelos direitos sociais dos negros e das mulheres. Constata-se, por meio do estudo, que a instrução no Maranhão, do século XIX, direcionava a educação profissional apenas para figura masculina, e para as mulheres, a educação para o lar. Maria Firmina foi a primeira romancista a publicar um livro genuinamente brasileiro, contendo dilemas sociais e políticos. A partir da publicação de seus livros, que são lançados como forma de protesto contra a escravidão e contra o silêncio da mulher, a autora dá voz ao negro e às mulheres. Os livros e vida de Maria Firmina dos Reis demonstram as dificuldades enfrentadas pela mulher daquele século, explorando uma diversidade de perfis femininos que contrariam a representação monolítica e tradicional de que no século XIX, as mulheres respondiam passivamente ao papel de submissas que a sociedade esperava delas.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis. Educação Feminina. Século XIX. Maranhão.

ABSTRACT

The life history of Maria Firmina dos Reis was marked by great achievements within the patriarchal social context of the 19th century. Society was organized to privilege men and it was they who were the majority in the press. However, in the midst of Maranhão intellectuals of the 19th century a woman stood out, whom they identified as the "Exma. Mrs. Maria Firmina dos Reis". She acquired respect through her work as a teacher of first letters in the village of São José de Guimarães, writer and poet. She published four works, in which she gave voice to women. This research was produced from the identification and analysis of sources of the collection of newspapers of the digital newspaper library of the National Library Foundation and the Archive. Public of the State of Maranhão (APEM) to investigate the role of the first letters teacher Maria Firmina dos Reis in the Maranhão history, with emphasis on the analysis of the representations of women in three of his works: *Úrsula* (1859), *Gupeva* (1861) and *The Slave* (1887). We sought to understand the teaching process of female education from articles and teachers such as Zin (2016/2017), Nascimento Moraes Filho (1975), Abrantes (2003/2013) Henrique Leal (1873), Dunshee de Abranches (1941), etc. Which enabled a greater understanding of the subject. The present study is organized by the following form: in the first chapter is addressed the life of Maria Firmina, her collaborations in newspapers of the time and corrections in her biography that were disseminated for many years due analysis; the second chapter discusses the education of women in the 19th century, exposing the purpose for which women received education, highlighting the male superiority over the fragile sex, so called. The first female schools in the province of Maranhão are also highlighted in this part of the work, where poor and rich women received an equally needy education, as they acquired only an education to serve the "manly sex". In the third chapter there are presented the representations of the women, what are detached in the explicit form in *Úrsula*, *Gupeva* and *A Slave*. The women of different social classes and races, gain voice in his novels and start to narrate his histories themselves, doing from his true books protests in the struggle for the social rights of the black men and of the women. It is noted, through the study, which the education in the Maranhão, of the century XIX, direcionava the professional education you punish for masculine figure, and for the women, the education for the home. Maria Firmina went to first novelist to publish a genuinely Brazilian book, containing social and political dilemmas. From the publication of his books, which are launched like the form of protest against the slavery and against the silence of the woman, the author gives voice to a black man and to the women. The books and life of Maria Firmina dos Reis demonstrate the difficulties faced by the woman of that century, exploring a diversity of feminine profiles that contradict the monolithic and traditional representation of which in the century XIX, the women were responding passively to the paper of submissive ones for that the society was waiting from them.

Keywords: Maria Firmina dos Reis. Female education. 19th century. Maranhão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 MARIA FIRMINA DOS REIS, A PROTAGONISTA DO SÉCULO XIX	11
1.1 A PROFESSORA ESCRITORA E SEU DESTAQUE NA SOCIEDADE MARANHENSE DOS OITOCENTOS.....	13
2 AS MULHERES NO SÉCULO XIX: educação e papéis sociais na província do Maranhão	16
2.1 A EDUCAÇÃO FEMININA NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO	20
3 A VISÃO DE MARIA FIRMINA DOS REIS SOBRE MULHERES DO SÉCULO XIX EM TRÊS OBRAS: <i>Úrsula, A Escrava e Gupeva</i>	27
3.1 AS MULHERES NA OBRA <i>ÚRSULA</i>	27
3.2 A MULHER EM <i>A ESCRAVA</i>	32
3.3 A MULHER EM <i>GUPEVA</i>	33
3.4 AS REPRESENTAÇÕES DO GÊNERO FEMININO NAS OBRAS <i>ÚRSULA, GUPEVA</i> E <i>A ESCRAVA</i> , DE MARIA FIRMINA DOS REIS.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXOS	44

INTRODUÇÃO

Maria Firmina, a primeira romancista brasileira que publicou no Brasil foi professora régia da escola de primeiras letras da Vila de São José de Guimarães, concursada em 1847. Era uma mulher negra, filha natural de Leonor Felipa, uma mulata forra. Ela adquiriu respeito através de seu trabalho, como professora de primeiras letras, escritora e poetisa (CRUZ, MATOS e SILVA, 2018).

Ela publicou três romances, nos quais deu voz às mulheres. O primeiro foi *Úrsula*, publicado como livro, em 1859, assinando com o pseudônimo “Uma Maranhense”; o segundo foi *Gupeva*, publicado três vezes em folhetim, no Jardim das *Maranhenses* (1961), *Porto Livre* (1963), e *Echos da Juventude* (1965); e o terceiro livro foi *Cantos à Beira Mar*, obra dedicada a poesia, publicado em 1871, embora durante grande parte da sua vida tenha colaborado com a imprensa, publicando diversos poemas. O quarto livro foi *A escrava*, em 1887, publicado na *Revista Maranhense* (CRUZ, MATOS e SILVA, 2018).

A presente monografia realizada como Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia (TCC) da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, contempla uma análise sobre as representações das mulheres em três obras publicadas por Maria Firmina: *Úrsula* (1859), *Gupeva* (1861) e *A escrava* (1887).

As razões para escolha deste tema foi a identificação pessoal pelo assunto, as discussões sobre mulheres escritoras no Grupo de Pesquisa de Cultura Escolar, Práticas Curriculares e História da Disseminação de Saberes Escolares – CEPCHSAE e a necessidade de se levantar o perfil de educação estabelecido para as mulheres do século XIX, e ainda, dar ênfase a célebre escritora Maria Firmina dos Reis, que durante séculos ficou esquecida, trazendo à tona a riqueza dos detalhes de seus livros.

A pesquisa do presente trabalho foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, no período de agosto de 2018 a setembro de 2019.

Sendo assim, ao longo da pesquisa, procurou-se responder as seguintes questões: Qual era educação disponibilizada para as mulheres no Maranhão do século XIX? Quais as representações do gênero feminino encontradas nas obras *Úrsula*, *Gupeva* e *A Escrava*, de Maria Firmina dos Reis?

A partir disso, buscou-se compreender o processo de ensino na educação feminina no Maranhão do século XIX, e ao mesmo tempo, analisando as três obras de Maria Firmina dos Reis (*Úrsula*, *Gupeva* e *A Escrava*), quanto ao perfil singular de mulher em cada texto publicado pela autora.

O trabalho consistiu na identificação das escolas femininas públicas e privadas do estado do Maranhão no século XIX e análise dos livros produzidos por Maria Firmina dos Reis, e alguns jornais maranhenses nos quais escreveu diversos poemas, contos e músicas, disponibilizados no acervo digital da hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional e no acervo da Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite (Maranhão).

Os conteúdos expostos, evidenciaram a trajetória da mulher maranhense em torno de uma educação que a tornava dona de casa, a primeira professora de seus filhos, sendo ela dependente da figura masculina, pois na sociedade os papéis desempenhados por homens e mulheres, eram bem definidos.

A partir do exposto, buscou-se compreender melhor o processo da educação feminina a partir de artigos e autores, como Zin (2016,2017), Nascimento Moraes Filho (1975), Abrantes (2003,2013), Henrique Leal (1873) e Dunshee de Abranches (1941) os quais possibilitaram uma maior compreensão sobre o assunto.

O presente estudo está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo é abordada a vida de Maria Firmina, suas colaborações nos jornais da época e correções em sua biografia que foram disseminadas por muitos anos sem devida análise; no segundo capítulo, aborda-se sobre a educação da mulher no século XIX, expondo o objetivo pelo qual as mulheres recebiam educação, com destaque à superioridade masculino sobre o sexo frágil, assim denominado. As primeiras escolas femininas da província do Maranhão também recebem destaque nessa parte do trabalho, onde as mulheres pobres e ricas recebiam uma educação igualmente carente, pois adquiriam apenas uma educação para servir o “sexo varonil”.

No terceiro capítulo são apresentadas as representações das mulheres, as quais são destacadas de forma explícita em *Úrsula*, *Gupeva* e *A Escrava*. As mulheres de distintas classes sociais e raças, ganham voz em seus romances e passam a narrar suas próprias histórias, fazendo de seus livros verdadeiros protestos na luta pelos direitos sociais dos negros e das mulheres.

1 MARIA FIRMINA DOS REIS, A PROTAGONISTA DO SÉCULO XIX

A célebre escritora maranhense, Maria Firmina dos Reis¹, mulher negra e primeira escritora brasileira a publicar uma obra no próprio país era aclamada pelos homens de letras que figuravam na imprensa da época. Quando faziam referência a ela, não escondiam tamanha admiração e respeito pelo seu trabalho. (CRUZ, MATOS e SILVA, 2018).

Era uma participante ativa nos jornais da imprensa maranhense no século XIX, e encantava a todos com suas histórias e poesias. Uma mulher que não se preocupava em obter títulos ou ser reconhecida.

Maria Firmina queria que suas ideias fossem propagadas, transparecendo para a sociedade tamanha humildade da escritora, que desde muito cedo manifestou seu lado abolicionista, o ideal libertário, mesmo estando inserida em uma sociedade patriarcal.

Maria Firmina dos Reis, em sua juventude revelou-se diferente das demais mulheres, sendo ela Mestra Régia concursada e escritora. E por motivo de tamanha alegria, por ter conseguido uma posição tão honrosa. Dona Eleonor Reis, sua mãe, decide alugar um palanquim², para que a filha fosse carregada em triunfo, pelas ruas de São Luís e que fosse nele receber o seu “diploma” ou sua “nomeação” do concurso em 1847. Entretanto, Firmina com o seu espírito abolicionista, se recusa, pois, para ela, “negro não é animal para se andar montando nele” (MORAIS FILHO, 1975, p. 219).

O estilo de vida que Maria Firmina seguia era totalmente diferente e causava estranheza. O fato de uma mulher expressar opinião de forma tão vivaz contra a escravidão, morar sozinha e sustentar-se do seu salário, era incomum, e a sociedade não via tais atitudes com bons olhos (SILVA, 2010).

As informações e as minúcias sobre a vida da escritora foram difundidas de forma errônea, sem uma análise necessária por muitos anos. A data de seu nascimento, por exemplo, foi propagada por muito tempo como 11 de outubro de 1825;

¹ Não são conhecidas imagens de Maria Firmina dos Reis, entretanto as imagens produzidas da escritora são obras de arte produzidas a partir de relatos de pessoas que a conheceram - Conferir Anexo I

² Espécie de cadeira usada antigamente como transporte, a qual possuía duas hastes onde quatro escravos carregavam o passageiro que ali ficava sentado.

com a perpetuação dessa data, em 1976, por meio da Lei n. 3.754, de 27 de maio, foi considerada o “Dia da Mulher Maranhense”, como uma homenagem à autora.

Entretanto, foram encontrados no Arquivo Público do Estado do Maranhão os “autos de justificação do nascimento de Maria Firmina dos Reis”, solicitados para poder participar do concurso de Primeiras Letras de Guimarães. Com isso, comprova-se a real data de nascimento de Maria Firmina dos Reis, tratando-se de 11 de março de 1922.

Com base nas informações fundamentadas, o dia da mulher maranhense tornou-se dia 11 de março, por força da lei 10.763, de 29 de dezembro de 2017 (MARANHÃO, 2017; CRUZ, MATOS e SILVA, 2018).

A sua suposta enfermidade a impediu de ser batizada logo após seu nascimento, fato comum no período colonial, mas criticado pela igreja católica, que outorgavam um prazo de oito dias para que as crianças fossem batizadas, para caso tivessem uma morte precoce alcançassem a salvação, indo direto para o céu, sem passagem no purgatório (DEL PRIORE, 2016).

Maria Firmina dos Reis fora batizada apenas três anos depois, fato comprovado a partir de seus autos de justificação de seu nascimento, que foram solicitados pela própria Maria Firmina, para comprovação da sua real idade para assumir o concurso de Primeiras Letras em Guimarães, fato discutido por Cruz, Matos e Silva (2018, p.159):

[...] a documentação de batismo de Maria Firmina só poderia deixar dúvidas sobre a sua origem e ano de nascimento, pois traz poucas informações. Pelo fato de não constar dia e ano de seu nascimento no registro de batismo havia necessidade de recorrer a outras formas de comprovação da sua idade, o que a levou a iniciar um processo junto à Câmara Eclesiástica visando à justificação da data do seu nascimento, originando, assim, os “Autos de Justificação do dia do Nascimento de Maria Firmina dos Reis”. Esse documento foi solicitado por ela no dia 25 de junho de 1847 e foi concluído no dia 13 de julho do mesmo ano. Conforme esta documentação, Maria Firmina teria nascido em 11 de março de 1822, sendo batizada apenas em 21 de dezembro de 1825, já que veio ao mundo acometida de uma enfermidade, permanecendo doente por um período que a impossibilitou de receber o sacramento antes dos seus três anos de vida.

A enfermidade de Maria Firmina foi comprovada devido a mesma solicitar por diversas vezes licenças para tratar da saúde no decorrer dos anos como professora de primeiras letras, como publicado em alguns jornais da época, exemplo disso, é o jornal *Publicador Maranhense*, de 9 de setembro de 1859 que diz:

O vice-presidente da província resolve conceder à D. Maria Firmina dos Reis, professora publica de Primeiras Letras da Villa de Guimarães, dois mezes de licença com os respectivos vencimentos para tratar de sua saúde onde lhe convier, devendo a começar a gosar della dentro do praso de vinte dias.

De certo que, apesar de seus problemas de saúde, nada impediu Maria Firmina de ser protagonista no seu tempo. Mulher corajosa e destemida, não temeu os julgamentos e foi à luta.

1.1 A PROFESSORA ESCRITORA E SEU DESTAQUE NA SOCIEDADE MARANHENSE DOS OITOCENTOS

Através do seu espírito de liberdade, sua escrita ganha vida, e em seus livros introduzia suas ideias políticas e sociais, levando o leitor a ficar impactado e emocionado com as histórias dos negros e mulheres que em seus livros, passam a ter voz, depois de séculos sufocados pelo o silêncio.

A “tragédia”, também era sua marca registrada, sendo o estilo mais usado em seu período. O terror, a devassidão sexual e personagens a beira da loucura nos desfechos de seus romances, são exemplos claros da tragédia. Em *Úrsula* e *Gupeva*, a autora deixa o “felizes para sempre” das histórias típicas, e revela todo o lado sombrio de uma realidade vivida no século em destaque.

Em seu livro *Úrsula*, a escritora transforma um romance aparentemente normal, em algo extraordinário, que deixava de lado o simples fato da “mocinha se apaixonar pelo mocinho”, e ousou em transformar os fatos em algo que prendia o leitor com o suspense, e o inesperado de um romance que fugia do comum. Como podemos ler na publicação do dia 13 de maio de 1861, o jornal *A Verdadeira Marmota* (MORAIS FILHO, 1975, p.28):

Em verdade que o é esse livro, que se apresentou sem nome de autora, modestamente e ainda sem apregoadores. As suas descrições são tão naturais e poéticas, que arrebatam; o enredo tão intricado que prende a atenção e os sentidos do leitor; o diálogo é animado e fácil; os caracteres estão bem desenhados [...].

E esses anúncios nos jornais animavam o trabalho de Firmina, dessa maneira a sociedade poderia tomar consciência da existência de seu livro. Desse modo, divulgando a escrita, os ideais, e as críticas que a escritora expunha.

Pois, “com exceção de Maria Firmina dos Reis nenhum intelectual maranhense, no século passado, em nossa terra, desceu à plebe para escrever para a plebe”. (MORAIS FILHO, 1975, p. 223).

A escritora oitocentista abre as portas do mundo literário e social para negros e mulheres da época. Ela faz com que homens letrados percebam talentos na escrita de uma mulher negra. Com isso, surgem questionamentos da parte de homens eruditos: o porquê de se manter as mulheres distantes do mundo das letras? Esse questionamento é exposto nos jornais da época seguidos da defesa de que “o belo sexo não deve viver segredo de tão sublime arte - os encantos e ornatos do espírito são sua partilha”. (*A VERDADEIRA MAMORTA*, apud MORAIS FILHO, 1975, p. 36).

A escritora nascida na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, em São Luís, carregava consigo grandes conquistas para tal época, sendo ela a mulher admirada na sociedade. Porém, Maria Firmina não se adequava ao padrão de mulher que os maridos queriam que suas esposas fossem, pois de *práxis*, as mulheres não deveriam se envolver em assuntos públicos e muito menos em assuntos tão remotos da época como política e abolição da escravatura, como fez Maria Firmina em seus livros.

Os romances *Úrsula*, *Gupeva* e *A Escrava*, relatam com vivacidade todo o contexto do Brasil do século XIX e foram publicados em terras brasileiras, diferente da primeira obra de Teresa Margarida, que “não é brasileiro, não diz respeito ao Brasil, nem exerceu a mínima influência em nossa literatura” (MORAIS FILHO, 1975, p. 220).

Apesar de uma vida cheia de conquistas, através de seus escritos e de sua vida, Maria Firmina dos Reis, encontra seu descanso na sepultura. Viveu os últimos dias de sua vida, como uma mulher pobre e cega, falecendo³ em 11 de novembro de 1917, às 10:00 horas, na cidade de Guimarães.

Contudo, os livros de Maria Firmina que tanto pleiteava contra o estilo de vida patriarcal caíram no esquecimento por um longo tempo, mas em 1962, seu livro *Úrsula* é recuperado pelo historiador paraibano Horácio de Almeida, em um sebo no Rio de Janeiro (ANGELO, 2017).

O que ainda não foi possível recuperar é a sua fisionomia. O Verdadeiro rosto de Maria Firmina ainda é um mistério, por muitos anos foi difundido um retrato

³ Certidão de óbito publicado no Livro Maria Firmina dos Reis – Fragmentos de uma Vida de Nascimento de Moraes Filho. Conferir Anexo II.

inspirado na imagem de uma escritora gaúcha⁴. Na praça do Pantheon em São Luís no Maranhão, o busto que é exposto também a retrata “embranquecida”, de nariz fino e cabelos lisos (ANGELO, 2017).

Entretanto, recentemente um novo quadro da escritora foi feito. Esse quadro se encontra em Guimarães, no acervo de Maria Firmina. Acredita-se que represente mais fielmente a autora. Nele, ela é representada com traços de uma mulher negra: pele negra sem “embranquecimento”, nariz largo e cabelo crespo (Verificar o Anexo I).

A figura de Maria Firmina que retorna após anos de esquecimento, nos revela que a voz defensora da mulher na sociedade oitocentista, do negro e dos menos abastados está viva, e seus livros que foram verdadeiros protestos que ecoaram, até hoje ainda, ecoam na sociedade durante gerações nas palavras escritas de “Uma Maranhense”.

⁴ A escritora gaúcha cuja imagem é atribuída a Maria Firmina dos Reis trata-se de Benedita Câmara Bormann (1853-1895). Conferir Anexo III.

2 AS MULHERES NO SÉCULO XIX: EDUCAÇÃO E PAPÉIS SOCIAIS NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO

Ao longo do tempo, tem sido reforçado uma representação feminina carregada de estereótipos. O modelo padrão da mulher ideal sempre foi aquele que a qualifica como frágil, pura, recatada e zelosa, além de submissa e restrita ao casamento. Rodrigues (2012, p. 27), se reporta à essa questão atribuindo o papel da igreja e do Estado português na produção dessa visão no período Colonial.

Durante o período colonial brasileiro, a igreja Católica e o Estado português produziram uma imagem ideal de mulher em que recato, honra e submissão faziam parte do caminho que conduzia à perfeição. Por sua vez só era possível dentro de condições específicas, como era caso da vida conjugal legitimamente sacramentada. O casamento era apresentado como um meio de preservação da honra feminina e da realização da função biológica, a maternidade.

No século XIX, a mulher já nascia predestinada para o casamento, sua educação nunca era para fazer dela uma mulher que discutiria de forma igual com homens, sobre negócios e os problemas da sociedade. A instrução era direcionada para atender as necessidades domésticas, a educação dos filhos e agradar o marido; com isso, as mulheres faziam aulas de música, dança ou aprendiam a tocar algum instrumento para que pudessem trazer todo conforto e aconchego de um lar ao seu futuro marido. (ABRANTES, 2014; TELLES, 2007).

As aulas de música, dança e arte, adornavam o currículo das moças da elite. Quanto mais especializações para o lar, maiores eram as suas chances de arranjar um marido de posses, mantendo o pensamento conservador da sociedade, o qual a mulher se capacitava para a família. A obediência e a submissão não eram praticadas apenas na relação conjugal, mas, em relação a qualquer representação masculina da família (pai, irmão, tios, etc.). A autoridade e as decisões do pai jamais deveriam ser questionadas, mesmo em situações que a filha era usada como mercadoria de troca em negócios e alianças, como no matrimônio. (RODRIGUES, 2012).

O papel que cabia a mulher no casamento arranjado, era algo restrito a aceitá-lo. Segundo Telles (2007), a união entre famílias ricas e burguesas era usada como

ambição e manutenção do *status* social, embora na maioria das vezes os casamentos fossem “por amor”. Como consequência dos casamentos arranjados as moças eram sujeitas a aceitar a traição como algo normal. A traição do cônjuge era inquestionável, pois eles obtinham total autoridade para tais atos de infidelidade; senhores de posses traíam suas esposas com escravas, e suas esposas eram desonradas em suas próprias casas.

Exemplo ilustrativo dessa realidade pode ser identificado no livro de memórias; *O Captiveiro de Dunshee* de Abranches (1941, p.149-150), quando se refere a dona Emília Branco⁵ que relata sobre a infidelidade que sofreu após um casamento arranjado. Ela declara que: “E certo dia em que ousei chamar-lhe a atenção para esse procedimento escandaloso, foi tão violento na réplica e maltratou-me tanto que saí como louca pela porta afóra indo abrigar-me na casa de uma família amiga.”

A mulher do século XIX não tinha direito a um divórcio⁷ legal, havia apenas uma separação, que ocorria por meio do seu “depósito” em um Recolhimento. Dessa maneira, os seus maridos poderiam tornarem-se solteiros outra vez com direito a outra esposa, enquanto as mulheres perdiam sua liberdade. Ficavam sendo educadas na colônia, reclusas da sociedade, em um estágio de purificação. Muitas vezes eram desmoralizadas por seus cônjuges, pois elas perdiam toda autoridade de suas casas, e do seu dinheiro, pois tudo pertencia ao marido. Tinham a negação de qualquer direito aos bens, sendo expostas publicamente, como podemos observar na nota do jornal *A Bandurra (MA)* de 1828, que diz:

Fernando Antonio Carneiro, avisa ao respeitável publico, que sua mulher D.Antonia Senborinha Freire, depositada no Recolhimento de Annuniação e Remédios desta cidade, lhe moveo Libello de divócio; o qual se acha em grau de prova, para ser julgado; sendo certo, eu em quanto não ha sentença, e depois não he o casal partilhado no fôro competente, he o anunciante administrador de seu casal. Segue-se pois que a dita sua mulher, não pôde fazer contracto algum, e que he nullo, e insubsistente todo, e qualquer contracto que com ella se fizer sobre bens do mesmo casal; e porisso declara por este annuncio, que não paga quaisquer dividas contrahidas pela dita sua

⁵ Emília Amália Pinto de Magalhães foi conhecida como D. Emília Branco, devido ao seu primeiro casamento arranjado por seus pais com Joaquim Branco. Sofreu traições e maltrato do seu cônjuge, até Emília Branco sair de casa, rompendo com seu casamento. Ficou por muito tempo em casas de famílias amigas que a acolheram, enquanto recebia inúmeras críticas da sociedade. Após chegar ao Maranhão, David Gonçalves de Azevedo, Chanceler do Consulado Português, que ficou viúvo muito cedo, apaixonou-se por D. Emília Branco. Casou-se e desse matrimônio nasceram duas meninas, e três notáveis poetas Arthur, Américo e Aluísio de Azevedo, enredo esse que lhe inspirou a escrita do livro *O Mulato*. (Cf. DUNSHEE, 1941).

mulher, ou seja antes ou depois deste aviso; e protesta desde já reivindicar escravos vendidos.⁶

Assim, a mulher cumpria o seu destino, vivendo debaixo de uma autoridade imposta, a qual era natural e incontestável, e sem direito ao divórcio⁷, pois isso traria desonra para ela e para toda sua família, então deveria manter o casamento com todo o maltrato.

Entretanto, em muitos casos ocorriam os libelos de divórcio os quais não eram permitidos pela igreja, que retinha a autoridade legal na sociedade, porém, aconteciam com bastante frequência, pois o casamento civil somente passou a ser reconhecido na Constituição de 1891, quando aconteceu a separação do Estado e da igreja. O casamento Religioso, ficava a desejo do casal, conforme suas crenças, mas não era mais válido ao Estado. (CUNHA, 2017).

No século XIX, na imprensa, as mulheres eram denominadas pelo título “bello sexo”. Em continuação do pensamento vigente no período colonial, as mulheres continuavam representadas como pacificadoras e débeis. Eram impedidas de executar as mesmas tarefas que os homens, os quais eram tratados como superiores, sempre exaltados por sua virilidade. Esses rótulos foram amplamente disseminados no período, conforme descrito por Abrantes, (2014, p.19):

As características atribuídas às mulheres do século XIX procuravam expressar sua inferioridade e dependência do “sexo forte”, como a fragilidade, passividade, emoção, docilidade, sensibilidade, orientando-se pelos nervos e pelo coração. Já as masculinas ressaltavam as qualidades da força, coragem, razão.

Tais características eram disseminadas por toda a sociedade. A igreja era responsável por ajudar os menos abastados, sendo que a ajuda principal seria para os órfãos e as mulheres, por serem considerados mais fracos e necessitados dos cuidados masculinos. Os conventos de acolhimento para as mulheres, sempre tinham a figura masculina do religioso que se dedicava aos cuidados com o “bello sexo”. Considerados lugares de proteção para as mulheres, e como coloca Araújo et al. (2014, p. 97), “os conventos acolhiam mulheres casadas ou não, que tivessem

⁶ Deve-se ressaltar que a grafia dos documentos neste trabalho foi mantida conforme a escrita original.

⁷ O divórcio legal, torna-se um direito civil a partir de 1º de janeiro de 1916, de acordo com a lei do código civil brasileiro, nº 3.071 (PLANALTO, 2002).

necessidade de se acolher à instituição com vista a resguardarem sua honra, assim concedendo uma relação entre protegidas e protetores, que partilhavam dos mesmos valores”.

Em meio a todo estereótipo da fraqueza do “bello sexo”, a vulnerabilidade do conhecimento também as atingia. A educação escolar direcionada para o curso superior e ter uma profissão era uma ferramenta masculina, pois a mulher não poderia ter contato com diferentes tipos de leituras, pois eram consideradas nocivas e inapropriadas. Apenas os homens poderiam ser detentores de todos os conhecimentos e ter acesso a qualquer tipo de leitura. Mesmo quando as mulheres alcançaram o direito de receber instrução pública⁸, a educação para as mulheres era bem reduzida, com a exclusão das noções de geometria, restrição da aritmética às quatro operações e ensino de prendas domésticas.

Por consequência, os currículos direcionados para educação feminina eram pobres em relação ao masculino, e prevalecia os ensinamentos para o lar, como nos revela um anúncio do Colégio de Nossa Senhora da Glória⁹, no *Jornal Correio D’annuncios: e semanário Commercial do Maranhão* de 1851 (p. 4) que diz:

O Collegio Nossa Senhora da Glória, na rua da relação casa n.11, continua a ensinar lêr, escrever, gramatica Portuguesa, contas nas especies adequadas a natural comprehensão das meninas, doutrina christa, cozer, marcar de differentes qualidades, bordar de branco, farpa, e de matriz, ponto de tapetes de várias qualidades [...].

Fazendo do ato de aprender algo visto como missão para se tornar mãe, dona de casa e esposa, “as prendas domésticas, justificadas em nome das funções maternas das mulheres, constituía-se em conteúdo essencial da escolarização feminina.

Ademais, as mulheres eram tratadas com inferioridade quando se referia a capacidade da aprendizagem, quando no anúncio é colocada a seguinte questão: “Contas nas espécies adequadas a natural comprehensão das meninas”. Observa-se

⁸ A partir do século XIX, a educação feminina foi ganhando espaço na sociedade, sobretudo a partir da lei da instrução pública de 15 de outubro de 1827, que nos seus artigos 11, 12 e 13, estabeleceu a abertura de aulas femininas em cidades e vilas mais populosas, além de definir o currículo, os critérios e as condições para preenchimento das vagas para a docência feminina. (CRUZ, MATOS e SILVA, 2018, p.153)

⁹ A escola foi criada em 1844 por dona Martinha Abranches, avó de Dunshee de Abraches. A escola particular foi pioneira em educação para moças e senhoras da elite maranhense por mais de vinte anos. O colégio recebia moças do interior e até mesmo as senhoras de mais idade.

que além da restrição colocada ao aprender das meninas, a inteligência das mulheres era menosprezada, pois as “contas” consideradas difíceis eram deixadas para os meninos. O anúncio mostra de maneira clara as atribuições de uma mulher ideal, e revela a incapacidade para aprender algo mais difícil.

As mulheres da época sempre estavam em busca do conhecimento, em adquirir novos saberes, e dona Martinha Abranches, desempenhava esse papel de transmitir conhecimento até mesmo para senhoras. Dunshee de Abranches em seu livro de memórias *O Captiveiro* (1941, p. 113) exemplifica essa situação ao rememorar o papel de educadora desempenhado por dona Martinha, sua avó, fundadora da escola Nossa Senhora da Glória. Antes mesmo da fundação da escola, ela “se ocupava em dar instrução a senhoras que se envergonhavam da sua ignorância perante os filhos”. Segundo Telles (2007, p. 407):

A situação de ignorância em que se pretende manter a mulher é responsável pelas dificuldades que encontra na vida e cria um círculo vicioso: como não tem instrução não está apta a participar da vida pública e não recebe instrução porque não participa dela.

A mulher incorporava uma representação negativa sobre si, na qual era vista como “burra”, “vulnerável” e dependente do “sexo forte”. Suas qualificações apenas serviriam para o seu destino biológico e para cuidar da sua casa. Essa representação da mulher era mantida ininterruptamente na sociedade, passando de geração a geração, de mães para as filhas.

Contudo, a educação para o “sexo frágil” foi se tornando algo necessário para o homem, pois seus filhos deveriam ser bem instruídos e suas mulheres haveriam de saber conversar em público para que não fossem envergonhados. Sendo o analfabetismo um dos maiores maus daquele povo, pois “o Analfabetismo embrutecia a vida”, como coloca Dunshee de Abranches (1941, p. 97).

O direito a aprendizagem da leitura e da escrita foi uma grande conquista para a mulher da alta-rodada, apesar da sociedade encontrar formas de deturpar a honra das mulheres escolarizadas acusando que tais mulheres usariam seus conhecimentos para envergonhar suas famílias. Tal mentalidade foi herdada desde o período colonial, conforme afirma Abrantes (2003, p.131): “Uma vez que aprendessem a ler e escrever teriam os meios para estabelecerem correspondências amorosas, o que era visto como um grande perigo para a honra feminina.”

2.1 A EDUCAÇÃO FEMININA NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO

No Maranhão, a educação feminina começou a ter destaque no ano de 1751, com a criação do Recolhimento de Anunciação e Remédios, pelo missionário jesuíta Frei Malagrida. O Recolhimento destinava-se à educação civil, moral e religiosa das recolhidas. Esta educação era destinada “às mulheres devotas a Deus (sem necessidade dos votos) e órfãs de pai e mãe, ou somente de pai (geralmente filhas de casamentos ilegítimos)” (CUNHA, 2010, p. 3).

No ano de 1844, foi criada a primeira escola particular do Maranhão, que se chamava Nossa Senhora da Glória, criada por dona Martinha Abranches, essa escola atendia meninas e mulheres da elite maranhense. O colégio oferecia o ensino primário e secundário para meninas, classes de alfabetização para senhoras casadas e uma classe para meninos de até 12 anos, a fim de prepará-los para o ingresso no Liceu Maranhense (ABRANTES, 2003, p. 3).

A colégio Nossa Senhora da Glória tornou-se referência em educação, e a sociedade contava com os muitos benefícios que poderiam trazer para as moças que estudassem lá. Os jornais da época traziam anúncios que revelavam os privilégios que as famílias teriam com o funcionamento da escola:

A elle devemos as melhores mães de família da província, é facto averiguado e digno de especial menção, que não consta que só uma das senhoras alli educadas se tenha desligado dos seus deveres na qualidade de donzelas, de esposas ou de mães (DIÁRIO DO MARANHÃO, 03 de abril, 1856, p.2).¹⁰

Em suas aulas estavam incluídas a educação religiosa, moral e cívica e preparo físico e artístico. As moças internas tinham que passar por uma espécie de “estágio do lar”, para serem avaliadas e saberem se já eram dignas de ter uma casa, marido e filhos. Era uma forma de promover a familiarização ao que lhes era ensinado, como conta Dunshee de Abranches (1941, p. 114):

A's quintas-feiras, as meninas internas participavam de refeições, como se fossem banquetes de cerimonia, para que se habituassem “a estar bem à mesa e saber como deveriam servir às pessoas de distincção”. Uma vez por semana à noite, havia aulas de dança, sob a rigorosa etiqueta da época, depois de uma hora de arte, na qual ouviam bôa musica e apprendiam a declamar.

¹⁰ Deve-se ressaltar que a grafia dos documentos neste trabalho foi mantida conforme original.

Em 1855, acontece a criação de uma escola pública profissional feminina, o Asilo de Santa Tereza, criada, através da Portaria do presidente da Província Eduardo Olympio Machado, e era direcionado a atender meninas pobres, para que fossem educadas para o trabalho doméstico. (CUNHA, 2010, p. 4).

Nesse período, havia também aulas de primeiras letras para o sexo feminino, que faziam parte do universo de escolas públicas e particulares. Além destas possibilidades para a escolarização das mulheres, funcionavam aulas domésticas. Francisco Sotero dos Reis¹¹, aos 18 anos deu início as aulas de Latim e Francês não remuneradas em sua casa, e entre seus alunos incluía moças da sua família e meninas de famílias que tinha amizade, como Henriques Leal descreve no *Pantheon Maranhense* (1873, p. 132):

Nas tardes ensinava em sua casa, e á noite tomava como agradável desenfado leccionar grammatica portugueza e Francez a suas parentas e a outras meninas de famílias de sua amisade, revezando essas lições com outras, também não remuneradas.

Enquanto isso, os homens eram preparados para a vida pública e para o ensino superior, os quais frequentavam o Liceu maranhense e outros colégios particulares. A desigualdade não começava apenas nos conteúdos que eram determinados para os homens e mulheres, mas essa diferença começava nas famílias, que investiam menos nos estudos das meninas. Muitas não chegavam a ter acesso à educação inclusive, como é possível observar no quadro abaixo, quando se percebe que o número de mulheres era sempre inferior ao número dos homens nas escolas do período:

Quadro 1 - Quadro demonstrativo do número de alunos matriculados no Maranhão, do ano de 1857 a 1870, por sexo

Ensino Primário			
Ano	Masculino	Feminino	Total
1857	1849	347	2196
1858	1970	387	2357
1859	2115	433	2548

¹¹ Francisco Sotero dos Reis nascido em São Luís, em 22 de abril de 1800. Poeta, escritor, jornalista e professor do século XIX, deu aulas de Latim e Francês, em escola públicas, particulares e domésticas. Abriu sua casa para dar aulas gratuita para meninos e meninas.

1860	2185	432	2617
1861	2184	457	2641
1862	2443	545	2988
1863	2451	636	3087
1864	2214	705	2919
1865	2498	730	3228
1866	2662	870	3532
1867	3029	983	4012
1868	3241	995	4236
1869	3339	1038	4377
1870	3739	1349	5088

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações contidas na obra *Maranhão*, 1948 (COSTA, 1950).

Havia pouca diferença entre a oferta de instrução para a mulher rica e para a pobre, pois a condição sócio econômica as separava, mas o simples fato de serem mulheres as unia e as colocava em igual situação. Os homens eram preparados para o ensino superior, para estudar fora do país, trabalho esse que o Liceu maranhense já fazia desde 1838, com os meninos das famílias abastadas. Enquanto isso, nem as mulheres mais ricas tinham acesso ao ensino superior (RODRIGUES, 2012).

Juntamente com a falta de oportunidade escolar para as mulheres se atrelava a falta de conhecimento das professoras de Primeiras Letras, que não recebiam nenhum tipo de educação diferenciada para lecionar para as meninas, pois apenas as mulheres poderiam dar aula ao próprio gênero. Segundo Abrantes (2003 p. 2), as mulheres estavam subordinadas a um ciclo de vida repetitivo, pois mulheres com pouco conhecimento repetiam suas ideias rasas, as mesmas que haviam aprendido na escola:

As escolas públicas de primeiras letras para meninas deviam ser regidas por mulheres, sendo o critério principal para a escolha da mestra a sua conduta exemplar na sociedade. Com isso, embora as professoras se sobressaíssem nos ensinamentos das prendas domésticas, tinham grandes dificuldades em reger as demais matérias que exigiam conhecimentos de gramática portuguesa e matemática, o que era compreensível se considerarmos a pouca instrução que recebiam, não podendo ensinar com êxito aquilo que mal conheciam.

Entretanto, as moças pobres permaneciam sem nenhuma educação, pois cumpriam deveres em seus lares, assumiam papéis de donas de casa, mães e ainda, tinham que encontrar alguma forma de auferirem algum dinheiro para sobreviver. As

mulheres com maiores necessidades de algum modo obtinham maior liberdade para terem um trabalho, sendo que nenhum deles exigia um preparo educacional, intelectual para serem executadas, como coloca Cunha e Silva (2010, p. 102):

Estas mulheres, em grande parte, eram mães solteiras que viviam sozinhas, concubinas que mantinham com a força de seu trabalho suas famílias, ou, então, mulheres que conseguiam dividir as responsabilidades de criação e manutenção dos filhos com seus homens. Eram doceiras, engomadeiras, lavadeiras, prostitutas, costureiras, que andavam pelas ruas sobrevivendo do comércio ambulante, livres, sem serem importunadas, o que era praticamente impensável para as mulheres de classes mais abastadas.

Essas mulheres pobres no desempenho de suas atividades, eram mulheres respeitadas, vistas com bons olhos pela sociedade. E mesmo que elas trabalhassem de maneira autônoma, ainda eram vistas como submissas. Contudo, já realizavam tarefas de forma independente pois desenvolveram habilidades além das permitidas para sua época, onde as habilidades femininas eram escondidas atrás de estereótipos criados pela sociedade.

As mulheres pobres, dentro de suas limitações e de seus conhecimentos, ganharam a liberdade, cresceram e obtiveram voz no mundo do trabalho informal, destacando-se como comerciantes, engomadeiras, doceiras, etc. Sendo que, na metade do século XIX as moças de famílias mais abastadas possuíam uma falsa liberdade, nesse período as moças tinham a liberdade de sair, ir a bailes e falar de uma gama de assuntos, como arte e línguas, como o francês que era o mais apreciado e estava na “moda”, o que revelava uma esposa em potencial para os homens da alta classe. A interação social das mulheres, representada pela possibilidade de circular nos eventos e bailes da alta classe, servia mais como uma vitrine de exposição, situação para a qual recebiam formação no próprio currículo escolar, conforme descrito por Abrantes (2013, p. 2): “Esses conhecimentos seriam obtidos nos colégios femininos, que procuravam adequar seus programas para atender esse tipo de “educação de salão”.

As moças da elite bem vistas pela sociedade eram as que se dedicavam ao lar, cuja educação era dirigida para a vida em família. As moças que fugiam dessa realidade, não eram vistas com bons olhos no século XIX, a exemplo de mulheres envolvidas em ações políticas, revoltas e guerras (TELLES, 2007). As que desejavam obter outros conhecimentos, que queriam estudar fora do país igual aos homens, eram censuradas e tratadas com maior rigidez. Eram poucas as que conseguiam firmar-se

e manter suas ideologias, porque a maioria se rendia as obrigações do ser mulher da época, algumas apenas conseguiam sustentar-se quando consentia com os mesmos pensamentos dos homens da época em questão, conforme descrito abaixo:

No século XIX algumas mulheres que se atreveram a deixar sua vida de simples dona de casa, a imaculada do lar, sofreu algumas repreensões da sociedade, pois as mulheres deste século escreveram e colocaram suas ideias no papel, mas não passou daqueles “cadernos goiabadas”, seus sentimentos e opiniões foram caladas pela sociedade da mulher imaculada... (TELLES, 2007, p. 409).

As várias críticas foram feitas nos jornais da época a respeito da educação feminina. Os jornais eram a ferramenta crucial para a expansão das opiniões da época, e em 1828, já podíamos encontrar defensores assíduos da educação para a mulher maranhense. A maior crítica nos escritos recaía sobre a educação dada pelos jesuítas, que influenciou de forma crucial a educação das meninas, pois os antepassados e os pais não receberam uma educação de qualidade, e com isso, não colocavam suas filhas para estudar. Como coloca a matéria do jornal *Farol Maranhense*, de 30 de maio de 1828 (p. 2):

Diremos agora com duas palavras sobre a educação do bello sexo; muitos pays temos visto, que dizem; - Deos me livre de mandar ensinar a lêr a minhas filhas!!! Este prejuízo que dos Jesuitas se transmittio aos nossos dias, parece que por uma fatalidade, ainda se conserva no modo de pensar de alguns pays de família d'esta província. Este máo proceder, é uma consequência da má educação, que receberam os nossos antepassados, uma prova do quanto as primeiras impressões têm o império sobre o homem.

O ensino apenas de prendas domésticas, inibia a mulher maranhense de desenvolver sua inteligência e suas aptidões para a ciência e para todos os campos de estudos, suas famílias tentavam as proteger, uma proteção que as privava de expressar seus próprios sentimentos, opiniões e de desenvolverem seu lado intelectual.

Sendo que, da mesma forma que o homem poderia aprender, a mulher de forma igual, poderia se apossar das ferramentas do conhecimento. Contudo, a revolta da época girava em torno das famílias ricas que tinham condições financeiras de dar uma boa educação para suas filhas, mas continuavam em meio a um conservadorismo egoísta. As filhas tornavam-se herdeiras de riquezas, mas eram

proibidas de receber a herança do saber. Ideia defendida no jornal *Farol Maranhense*, de 30 de maio de 1828 (p.167):

[...] As maranhenses, são conhecidas em todas as partes, por serem dotadas de uma viveza extraordinária: muitas até tem mostrado gênio; e de certo si as sciências fossem cultivadas na nossa província, e as mulheres recebessem uma educação de que são merecedoras, talvez contássemos para o futuro outras *Sevignés*, *Staels*, *Genlis*. Que ilustrassem para sempre as paginas da história de nossa província!! Mas oh! desgraça: no Maranhão, é inteiramente desprezada a educação do bello sexo, ainda por aquelas pessoas que pela fortuna deverião promover essa parte da felicidade de suas filhas [...].

A mulher maranhense recebia uma educação que aparentemente a fazia parecer culta, apresentável. Ela devia demonstrar que sabia se portar, servir, cuidar da casa, arrumar uma mesa, cuidar dos filhos e deixá-los apresentáveis para qualquer ocasião, era reconhecida por manter tudo em ordem.

3 A VISÃO DE MARIA FIRMINA DOS REIS SOBRE MULHERES DO SÉCULO XIX EM TRÊS OBRAS: *Úrsula*, *A Escrava* e *Gupeva*

Maria Firmina dos Reis foi a primeira mulher brasileira a dar voz aos direitos civis femininos. Seus livros são escritos com sutileza, de uma forma que é necessário certa atenção para compreensão de certos fatos e para entender todo o sentimento que a autora carregava em toda sua obra. O narrador de *Úrsula* é extradiegético¹², pois o enredo é narrado em terceira pessoa (MENDES, 2016). Durante toda a narrativa, são feitas descrições psicológicas e conjecturas sobre o modo de ser das personagens, o que conduz o leitor a uma reflexão sobre os conflitos enfrentados por cada mulher (MENDES, 2016).

Nos três romances publicados por ela constam mulheres como protagonistas, dando destaque para as três raças e ao pensamento feminino, o que era quase impossível no século XIX, tanto na realidade quanto na literatura. Cada personagem leva uma significância consigo, revelando sua história de vida em meio a uma sociedade escravagista e que as mulheres não tinham voz.

Em seus dois livros *Úrsula* e *A Escrava*, é possível observar o que acontece em um período escravagista, no Maranhão oitocentista. Maria Firmina faz uso do seu romance, como atitude política de denúncia das injustiças que por séculos haviam sido enraizadas na sociedade, que fazia dos cativos e das mulheres suas maiores vítimas. (ZIN, 2016).

3.1 AS MULHERES NA OBRA *ÚRSULA*

O livro de Maria Firmina dos Reis, *Úrsula*¹³, foi publicado no ano de 1859, com o pseudônimo “uma maranhense”. A autora como colaboradora dos jornais, conquista a simpatia de toda a imprensa e de seus leitores. Torna-se uma pessoa pública, sendo ovacionada nos jornais, como revelado no *Jardim dos Maranhenses*:

¹² Que não é personagem da história que narra, e não é narrado por um personagem.

¹³ Capa do livro *Úrsula*, publicado em 1859 (Cf. ANEXO IV).

Existe em nosso poder, com destino a ser publicado no nosso jornal um bellissimo e interessante ROMANCE, primoroso trabalho da nossa distinta comproviciana, a EXMA. Sra. D. Maria Firmina dos Reis já é entre nós conhecida; e convém muito animá-la a não desistir da empresa encetada. Esperamos, pois à vista das razões expendidas, que as nossas súplicas sejam atendidas; afiançando que continuaremos defendendo o belo e amável sexo- quando injustamente for agredido. (JARDIM DOS MARANHENSES, 30 de setembro, 1856, nº 24, p.13)

Em seu livro *Úrsula*, descreveu os diferentes tipos de mulheres e o tipo de educação que cada uma recebia, demonstrando de forma sucinta a realidade marcada pelo domínio que os homens mantinham sobre as mulheres durante o século XIX (CORREA, 2013). Todo o cenário de ficção do livro tenta aproximar-se do real contexto político da época.

Maria Firmina não deixa de revelar como a mulher daquela época era educada. A personagem principal, Úrsula, era o típico de ideal da mulher maranhense, que era educada para o lar, doce e com traços angelicais. Era piedosa e pronta para ajudar o próximo, conforme retrata em seu romance (REIS, 1859, p. 22):

Era ela tão caridosa... Tão bela... E tanta compaixão lhe inspirava o sofrimento alheio, que lágrimas de tristeza e de sincero pesar se lhe escaparam dos olhos, negros, formosos e melancólicos. Úrsula, com a timidez da corsa, vinha desempenhar à cabeceira desse leite de dores os cuidados que exigia o penoso estado do desconhecido.

Úrsula e sua mãe Luiza B., duas mulheres educadas para os afazeres do lar, viviam sujeitas as ordens do tio e anteriormente ao do marido, um homem também cruel que maltratava seus escravos. Duas mulheres retratadas pela autora, sem domínio algum sobre suas vidas ou sobre seus bens. O comendador Fernando P., é retratado como mau, cruel e temido. Mantinha sentimentos incestuosos por sua sobrinha e por sua irmã.

E os sentimentos contidos de Fernando P. transformam ele em um homem solitário e cruel para com a irmã e seus escravos. Maria Firmina dos Reis além de ter um olhar para as mulheres, ela também mantém um olhar atento a crueldade dos homens em destaque, e os motivos que o tornaram cruéis. Como Fernando P. que na tentativa de esconder sentimentos tão desprezíveis para a sociedade e a igreja tornasse um homem desprezível, e a escritora descreve Fernando P. como um homem solitário e bruto, como podemos observar no romance (REIS, 1859, p. 116).

Fernando tinha vivido solitário, e desesperado com essa luta terrível do coração com o orgulho: esses desgostos íntimos, que ele próprio forjava, o tinham embrutecido, e tanto lhe afeieram a moral, o que era odiado, e temido de quantos o praticavam ou conheciam de nome. Ele tornara-se odioso e temível aos seus escravos: nunca fora benigno e generoso para com eles, porém o ódio e o amor, que lhe torturavam de continuo, o fizeram uma fera, um *sclerato*¹⁴.

Na narrativa, Maria Firmina traz também a figura da mãe do par romântico de Úrsula, Tancredo, que depois de tanta tirania de seu marido, morre.

Maria Firmina em seu livro também dá voz a mulher negra, escravizada e sofrida. Que não tinha voz porque era considerada portadora de inferioridade biológica.

Susana foi arrancada do seio de sua família, do seu continente (África), passando a viver com a escravidão em seu dia a dia, perdendo até a esperança de viver livre.

Os personagens negros ganham destaque em seus livros, sendo eles mais complexos, como a escrava Susana, que apesar de personagem secundária, é psicologicamente mais complexa que Úrsula e Tancredo. Enquanto os últimos são criados a partir de formas bem conhecidas, não há modelos tão difundidos para a construção de Túlio e Mãe Susana. (BASTOS, 2016).

Maria Firmina ao dar voz a mãe Susana, faz com que ela reviva seu passado e toda dor vivida, e conta com riqueza de detalhes o sofrimento dos escravos para serem trazidos para as terras brasileiras, como coloca Reis (2018, p.93.):

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativeiro no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!

Na fala de “mãe Susana”, percebemos a tristeza, a angústia e todo medo sentido pela personagem, permitindo ao leitor envolver-se e sentir-se parte de todo desalento vivido no porão do navio que é descrito pela personagem. O texto desperta

¹⁴ Palavra do Latim que significa vilão.

o leitor daquele século, a reportar-se para a real situação escravagista de seu país, trazendo uma ligação entre Brasil, África e Maranhão, como destaca Santos, (2016, p. 193):

Mãe Susana ao fazer um tributo à África como sendo a terra da liberdade, faz vir à tona o grito do sujeito feminino escravizado, para questionar o apresamento de homens e mulheres, do sofrimento dos negros algemados e jogados nos porões dos navios negreiros e, principalmente, a violência a que é submetido o escravo em território brasileiro.

Maria Firmina, fazendo uso do seu romance traz questões sociais e políticas inovadoras e a frente das discussões do período, fazendo com que sutilmente o assunto tratado em seu livro viesse ter atenção no mundo real, sendo fatos que não aconteciam apenas em livros, mas, no dia a dia de seus leitores.

No desenvolver do enredo Maria Firmina também expressa, através da fala da personagem Susana, a não crença de liberdade. Revelando a alegria da escrava, antes de ser trazida para o Brasil contra sua vontade, quando conta os momentos de verdadeira liberdade de sua juventude em sua terra natal.

Mãe Susana fala para Túlio que ele terá apenas a carta de alforria, mas, nunca será livre em uma sociedade racista e que sempre será considerado escravo em sua mente, como relatado na fala da personagem:

- Tu! tu livre? Ah não me iludas! - exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. (...) Liberdade... eu gozei em minha mocidade! - continuou Susana com amargura. Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu (REIS, 185, p. 91).

Na fala da personagem podemos sentir a tristeza que jamais abandonou aquela velha africana, que mesmo com os anos passados jamais esqueceu sua família e seus momentos de alegria.

Outro símbolo da soberania masculina em *Úrsula*, trata-se do pai de Tancredo, um homem retratado no livro como “desapiedado e orgulhoso” (REIS, 1859, p. 47). Essa personificação maléfica do personagem se revela após o detalhamento de suas atitudes com sua esposa, uma mulher “sancta e humilde” (REIS, 1859, p. 47), que seguia rigidamente todos os caprichos de seu esposo, vivendo uma vida totalmente abdicada e infeliz.

O casamento dos pais de Tancredo, carrega traços legítimos de um casamento arranjado, onde o amor e respeito não existem; onde apenas o medo sustenta a

relação conjugal. Pode-se perceber também na fala do pai de Tancredo a importância da educação da mulher para a educação dos filhos. Toda responsabilidade do educar recai sobre a mulher, sendo ela a referência do sucesso ou fracasso dos filhos:

Se é ella virtuosa, nossos filhos crescem abençoados pelo céu; porque é ella que lhes dá a primeira educação, as primeiras ideias de moral; é ella emfim que lhes formam o coração, e os mette na carreira da vida com um passo, que a virtude marca. Mas, se pelo contrário, sua educação abandonar torna-a uma mulher sem alma, inconsequente, leviana, estúpida, ou impertinente, então do paraíso das nossas sonhadas venturas despenhamos- nos n'um abysmo de eterno desgosto (REIS, 1859, p. 59).

Outro ponto importante do livro é quando Adelaide, a grande paixão de Tancredo torna-se esposa de seu pai, uma moça frágil, órfã e que tinha como única protetora a mãe de Tancredo, antes de falecer.

Podemos encontrar características de que o pai de Tancredo já mantinha sentimentos pela pobre moça, quando revida de todas as formas para não casar seu filho com a ela, dizendo “Adelaide, porém, ainda é uma creança, e a experiencia de uma já longa existencia obriga-me a impor-te a condição de esperar por essa união um anno” (REIS, 1859, p. 58).

Desprovido de quaisquer sentimentos, a figura sarcástica do pai de Tancredo revela-se monstruosamente, após colocar Adelaide no lugar de sua esposa recém falecida, revelando os verdadeiros planos do personagem que colaborou com a morte precoce da pobre mãe de Tancredo. A mesma pode ter presenciado ainda em vida a traição de seu marido, porém não disse nada em suas cartas, e apenas se calou; exemplo disso é quando Tancredo fala “minha pobre não me falava d’ella” (REIS, 1859, p. 67), do mesmo modo que não fazia queixas de seu marido, preferia poupar dos problemas o filho que estava distante de casa.

Por fim, Adelaide se revela fria, indiferente e querendo certo distanciamento de Tancredo. Sendo considerado o fato de que Adelaide era órfã e que a mãe de Tancredo a protegia; após a morte de sua defensora, ela teve que aceitar todas as vontades de seu Senhor, inclusive casar-se com ele, para proteger-se de eventuais ameaças. Por ainda manter sentimentos por Tancredo, ela nega-se a ver o seu sofrimento e pede “livrai-me, Senhor da presença deste homem” (REIS, 1859, p.71).

Úrsula é um romance indispensável: além de desenvolver todo um enredo complexo, expõe, com realismo, os perigos que cercam a existência de mulheres submetidas ao patriarcado e ao abuso do poder masculino. (MENDES,2016).

O romance romântico de Maria Firmina, vem para quebrar os paradigmas da época, que romantizava a escravidão africana, mostrando toda crueldade e a desumanidade do ato, revelando quem eram os verdadeiros vilões.

3.2 A MULHER EM A ESCRAVA

Diferente de *Úrsula*, *A Escrava* é um conto escrito na perspectiva do escravizado. A história é conduzida por duas narradoras, uma homodiegética¹⁵ que, também é personagem da história, e a outra narradora, autodiegética¹⁶, que narra a sua própria história. E seu nome é Joana, senhora negra escravizada que é testemunha do conflito trágico da narrativa (TOLOMEI, 2018).

Em 1887, o livro *A Escrava*, foi lançado na *Revista Maranhense*, às vésperas da assinatura da Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel (PEREIRA, 2017).

O conto coloca a mulher em outro cenário, em que pode falar por si mesma, mantendo suas próprias opiniões. A mulher abolicionista apresentada no conto nos leva ao empoderamento feminino, aonde a mulher já lutava por direitos. A obra revela a luta pelo próximo e a união entre as diferentes raças.

Maria Firmina, em uma época de tamanhos conflitos lança seu conto em forma de protesto, vivendo em um período de luta para libertação dos negros. Revela o maltrato dos capitães do mato e senhores das fazendas, que tratavam os escravizados como verdadeiros animais, sem nenhum sentimento, e que deveriam trabalhar de forma ininterrupta para satisfazer seus senhores, como coloca Reis (1887, p. 4): “Hei de ser castigado; porque saí do serviço, antes das seis horas, hei de ter trezentos açoites... minha mãe caiu, desfalecida; o feitor lhe impôs que trabalhasse, dando-lhe açoites; ela deitou a correr gritando. Ele correu atrás”.

A figura feminina branca, ganha destaque na narrativa, por dar abrigo e proteção aos negros, que eram perseguidos. A moça abolicionista deixa que a negra fique escondida em uma “mouta de murta”, e dá o paradeiro errado da mulher negra para o capitão do mato.

¹⁵ Narrador de 1.^a ou de 3.^a pessoa, que não sendo personagem principal da história, é ele que narra os acontecimentos a ela inerentes. Estando presente na ação, pode ser uma personagem secundária ou até um figurante.

¹⁶ Narrador de 1.^a pessoa que narra uma ação que gira à roda de si próprio. Neste caso, o narrador acumula a categoria de personagem principal (ou protagonista), pois é aquele que narra as suas próprias experiências como personagem central dessa história.

A narrativa faz da mulher participante na luta abolicionista e na defesa das raças. Logo no início de seu livro Maria Firmina fala de uma senhora de sentimentos abolicionistas, levando à outra quebra de paradigmas para a mulher do século XIX, dando destaque à presença feminina no movimento abolicionista.

A luta de Maria Firmina pela libertação dos escravos é algo incansável em seus livros, onde ela tenta ir de encontro com seus leitores, no caso mulheres brancas e bem colocadas na sociedade, fazendo com que aflore o sentimento abolicionista em mulheres do mundo real, que se assemelhem a dita senhora do romance: “Em um salão onde se achavam reunidas muitas pessoas distintas, e bem colocadas na sociedade...Uma senhora de sentimentos sinceramente abolicionistas” (REIS, 1975, p. 1).

A voz da mulher em *A Escrava*, ecoa, ao dar a voz para a negra Joana, o leitor sente a tristeza e o desequilíbrio da personagem, que retrata toda dor e sofrimento vivido naquela época. A *escrava* se alterna entre o sentimento de compaixão para os oprimidos e denúncia direta das autoridades que mantinham a escravidão, como isso pode-se observar que Maria Firmina não mostra interesse em outros assuntos políticos, mas, sobretudo, a abolição da escravatura (ZIN, 2016).

3.3 A MULHER EM GUPEVA

A segunda obra de Maria Firmina dos Reis foi *Gupeva*¹⁷, publicada três vezes em folhetim (1861-1862; 1863; e 1865) (CRUZ, MATOS e SILVA, 2018). Neste livro, a autora deu destaque à outra raça, a indígena, que também era discriminada na sociedade oitocentista. Além disso, dá ênfase na trama ao incesto, assunto ausente nos livros daquela época. O conto *Gupeva*, escrito pouco depois, segue um caminho diametralmente oposto ao de *Úrsula*, uma vez que se destaca muito mais pelo diálogo que estabelece com a tradição indianista brasileira (ZIN, 2017, p. 44).

Os livros de Maria Firmina são reconhecidos por seus finais nada felizes. Com *Gupeva*, não é diferente. O livro retrata a paixão de dois jovens, a índia Épica e Gastão, um jovem marinheiro francês, de família nobre. Mas, a história tem início, com a mãe de Épica da qual herdou o nome e o velho índio Tupinambá, Gupeva. Quando Épica parte de sua terra natal, “Baía de Todos os Santos, a cuja frente eleva-se hoje

¹⁷ Livro *Gupeva* foi publicado em folhetim por três vezes, sendo uma delas no jornal *Jardim das Maranhenses* (Cf. ANEXO V).

a bela cidade de S. Salvador” (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, p.82), acompanhada de Caramuru e Paraguaçu, que também serviram de inspiração no conto de Maria Firmina.

A escritora, toma para si os bastidores, da história não apresentada sobre a vida de Paraguaçu, a índia famosa, o primeiro exemplo do empoderamento feminino indígena. Paraguaçu, “foi a primeira mulher brasileira que sabia ler e escrever” (RIBEIRO, 2011, p. 81). Catarina Paraguaçu, viveu em uma época que era considerada selvagem e que não deveria receber nenhuma educação, mas burlando as regras da época conseguiu ser destaque na sociedade.

Maria Firmina, em sua narrativa, impressiona a todos por não contar a história de Paraguaçu, mas a história de sua acompanhante, uma mulher aparentemente sem nenhum valor e que ficou à mercê nas histórias de Paraguaçu.

As histórias de vida de Épica e Paraguaçu estão interligadas de muitas maneiras, não apenas a de Épica ter sido a suposta acompanhante da índia, mas também a de que o índio Gupeva que estava prometido a se casar com Paraguaçu, foi dado a Épica, como uma troca, após Paraguaçu ser desposada a um português. (OLIVEIRA, 2010).

Épica, em sua aventura em novas terras como acompanhante de Paraguaçu, acaba tendo um relacionamento com um conde, com quem vive uma paixão avassaladora, mas as responsabilidades e os deveres de homem branco da alta sociedade o chamava. O “amor não prendeu o coração do conde, ele esqueceu os extremos de meus afetos, e desposou uma donzela nobre de sua nação, sem sequer comover-se das minhas lágrimas” (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, p. 93).

A índia retorna para sua terra natal, grávida. Gravidez essa que revela a Gupeva após se casarem. A índia falece ao dar à luz a criança. Embora constrangido e tomado por um “tormento inqualificável”, Gupeva decide cuidar da criança de sua falecida esposa, colocando na menina o mesmo nome da mãe. (ZIN, 2017).

A história de amor que há de se aflorar, é da jovem Épica, filha de criação de Gupeva, que se apaixona pelo jovem Gastão. Toda paixão que cerca os jovens, transforma-se em tragédia, fazendo do enredo um ciclo vicioso, cheio de tragédias a cerca de uma mesma família.

O fato da jovem Épica ser uma índia, raça retratada como inferior, faz com que o jovem marinheiro pensasse seriamente em querer algum relacionamento com a

jovem moça, pois perderia seu prestígio na sociedade, como podemos observar em uma passagem do livro *Gupeva*:

Que loucura apaixonares-te por uma indígena do Brasil; por uma mulher selvagem, por uma mulher sem nascimento, sem prestígio... visto que é muito inferior a ti; porque tu não poderás viver junto dela a menos que intentasses cortar a tua carreira na marinha [...] (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, p.60)

Entretanto, o romance dos jovens é interrompido após o velho índio revelar fatos sobre a mãe da moça. O jovem marinheiro encontra-se em meio a um horror, ao se dar conta que os dois são meios-irmãos. Sendo o dito Conde, pai de Gastão e de Épica ao mesmo tempo, o que ia totalmente contra os valores cristãos do jovem rapaz, como coloca Zin (2017, p. 62).

Entre outras passagens, sempre apresentadas em meio a mudanças no plano temporal, Gastão descobre que sua amada, a jovem Épica, na verdade, era filha de seu pai, o “Conde de...”, e que, por serem meios-irmãos, o amor que nutria por ela não poderia ser consumado, já que a relação incestuosa entre os dois seria considerada um pecado frente aos valores cristãos.

O desfecho da história se transforma em uma história de horror, quando em um gesto de vingança pela sua falecida esposa, e tomado pela loucura, o velho cacique arremessa o seu tacape, “e o cravou com fúria no peito do jovem oficial” (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, p. 95).

O jovem Gastão, também atormentado por tamanha descoberta e desespero por saber que jamais poderia viver com sua ardente paixão criminosa e pecaminosa com a moça amada, aceita sua morte e agradece ao velho cacique. Como os pobres jovens “não podiam deixar de ser irmãos” (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, p.98), a pobre Épica, a “virgem das florestas”, também não suporta tamanha dor e se entrega a morte. Gupeva, ao perceber que tinha perdido sua filha, aquela que sua falecida e amada esposa tinha entregado a ele para cuidar, veio a falecer por sua própria culpa, o velho índio se suicida, em um ato de total desespero.

Com isso, Maria Firmina dos Reis, tenta passar a imagem da relação da miscigenação cultural, francesa e brasileira, nessa perspectiva, logo, “a maranhense evidencia que a união entre franceses e indígenas era, além de ilegítima, infrutífera” (ZIN, 2017, p.40). Mas, em todos os momentos, a escritora, faz breves comentários exaltando as belezas brasileiras, quando diz:

Era uma bela tarde; o sol de agosto animador, e grato declinava já seus fúlgidos raios; no caso ele derramava um derradeiro olhar sobre a terra e sobre o mar, que a essa hora mágica do crepúsculo, estava calmo, e bonançoso, como uma criança adormecida nos braços de sua mãe...Era pois como dissemos, uma bela tarde de agosto, e dessa encantadora tarde gozava com delícia os habitantes da Bahia, nessa época bem raros, e ainda incultos, ou quase selvagens (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, p.81)

Em meio as várias discussões, a autora tenta dignificar a imagem da única personagem feminina, Épica:

Ainda que seja vista com inferioridade por Alberto, a jovem Épica, filha natural das terras brasileiras, é caracterizada por Maria Firmina dos Reis com todos os atributos e qualidades possíveis. Será na construção da principal personagem feminina que alimenta o enredo, conseqüentemente, que a autora centrará todas as suas atenções, com o intuito de dignificar, mesmo que indiretamente, aquelas que sofrem com as opressões e imposições de toda uma sociedade: as mulheres. E ela o faz, não à toa, através da exposição dos sentimentos do próprio Gastão (ZIN, 2017, p. 39).

O personagem Gastão, falando de sua amada, a descreve como uma figura santa, o ideal de mulher. Em seu discurso ao amigo, podemos observar também a importância da virgindade da mulher da época, símbolo de respeito para as mulheres:

É impossível, Alberto. Impossível, meu amigo. Oh! se soubesses... Alberto, eu a tenho aqui no coração. É ela a mulher dos meus sonhos de adolescência, é a visão celeste, e arrebatadora da minha infância, é o anjo que presidiu o meu nascimento. Alberto, quem a poderá resistir? Louco o que a vendo possa deixar de amá-la; louco o que a conhecendo não lhe render eterna vassalagem. Anjo na beleza, e na inocência, anjo na voz, nas maneiras, é ela superior às filhas vaporosas da nossa velha Europa. Épica é seu nome. No seu rosto, Alberto, se revela toda a candura da sua alma, e toda a singeleza dos costumes inda tão virgens de inculta América. Onde está, pois, o meu crime em adorá-la? Seus grandes olhos negros de doçura inexprimível falam à alma com suavíssima poesia: são harpejos da lira harmoniosa, ou notas de anjos em torno do Senhor. E esse olhar seu exprime um quê de indizível pureza que obriga a adorá-la, como se adora a Deus. Alberto, de joelhos suplicarias a essa mulher angélica, se a visses, perdão de a não teres amado mesmo sem conhecê-la, desde o dia em que começou a tua existência. (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, p.84).

Em toda a história Maria Firmina dos Reis revela essa relação das diferentes culturas, a miscigenação. Fazendo de seu livro uma ponte para a apreciação das terras brasileiras e para os “verdadeiros brasileiros”, os indígenas.

3.4 AS REPRESENTAÇÕES DO GÊNERO FEMININO NAS OBRAS *ÚRSULA*, *GUPEVA* E *A ESCRAVA*, DE MARIA FIRMINA DOS REIS

A representatividade das mulheres nos livros de Maria Firmina, traz consigo uma nova concepção das mulheres da época, que viviam escondidas, proibidas de revelarem seus reais sentimentos. As personagens representadas nos livros de Maria Firmina, nos levam a vários perfis de mulheres, que mesmo sendo representadas em diferentes contextos, na sua totalidade eram bastante parecidas.

Maria Firmina dos Reis faz proveito do seu destaque na literatura, um dos espaços interditados às mulheres da sociedade brasileira no século XIX (MUNIZ, MACENA, 2012) e revela as emoções não apenas de personagens, mas de certo, das mulheres reais que viviam no período oitocentista.

A jovem Úrsula é um exemplo de mulher do período em destaque, sendo ela o ideal de mulher da época, mas presa ao lar pela doença da mãe, e aterrorizada pelos caprichos do tio, um homem de índole cruel e que matinha sentimentos pela sobrinha. Devido aos mal tratos e maldades de seu tio, Úrsula é levada a um estado de loucura: “o Comendador não compreendia, por que Úrsula morria, e ele tinha sido a causa” (REIS, 1859, p.192).

Além de toda amargura por conta da crueldade do tio, Úrsula também sofria com a perda do seu amado e a sua angústia e tristeza, o que tirava dela a vontade de viver. Da mesma forma encontramos semelhanças com a jovem Épica, retratada no conto Gupeva. Ela sofre com a perda do seu amado, que também era seu irmão, e a tribulação leva a jovem moça a sucumbir.

E assim, outras mulheres são representadas nas obras de Maria Firmina com a mesma característica de sofrimento, loucura e morte. A mãe de Tancredo, que por ter o filho longe de casa e devido a crueldade do marido, que a desrespeitava constantemente, atinge o nível de tristeza que se encerra com a morte. Tancredo em um trecho, declara: “meu pai era para com ela um homem desapiedado e orgulhoso” (REIS, 1859, p. 47), e devido a tais sofrimentos, ela encontra descanso no momento da sua morte.

A personagem Luiza B. também é caracterizada como uma mulher que vivia reclusa ao lar, acamada por uma enfermidade que consumia os dias de sua vida. A jovem senhora viveu oprimida muitos anos pelo marido e após seu falecimento, o irmão assume o papel de carrasco, um homem psicologicamente transtornado.

Outro perfil destacado em *Úrsula*, é a personagem Adelaide uma moça descrita como interesseira, que se casa com o pai de Tancredo, após a morte da sua esposa. Mas por outro lado também podemos observar uma mulher amargurada, órfã, pobre e infeliz por não ter uma família e por não ter casado com alguém que realmente amava. Deixando-se levar pela luxúria, casa-se com um homem bruto, que de certa maneira já havia premeditado o casamento com a jovem Adelaide, quando não permite o casamento de Tancredo com a moça, ao dar desculpas como, “Adelaide é apenas uma criança, é tão nova... tão pouco conheces suas qualidades que... sua educação não está completa” (REIS, 1859, p. 39).

Outras representações de mulheres nos livros de Maria Firmina se encontram em diferentes histórias, mas o enredo que as persegue são iguais, Susana (*Úrsula*) e Joana (*A Escrava*), são duas escravas, psicologicamente fragilizadas e angustiadas por terem sido retiradas de sua terra, que de algum modo ainda tentam lembrar-se dos momentos bons vividos livres e com suas famílias, mas a tristeza profunda as fazem se recordar apenas da forma brutal que foram trazidas para o Brasil, e a infelicidade de não saber o paradeiro de seus filhos e familiares, fazem delas, mulheres extremamente tristes.

Em meio a tantas mulheres similares nos livros de Maria Firmina, que sofrem a partir dos desmazelos de figuras masculinas, destacamos a figura de uma mulher abolicionista, que em meio a uma sociedade escravagista, defendia as raças e era contra as crueldades dos algozes.

Maria Firmina dos Reis retrata uma mulher fora dos padrões impostos pela sociedade. Desse modo, Firmina demonstra que as mulheres desempenhariam um papel ativo nas lutas contra a escravidão (TELLES, 1981). Não sendo uma luta apenas masculina, sendo o “sexo frágil”, um grande influente na luta pela liberdade dos negros e mesmo que a atuação feminina na ação abolicionista tenha ocorrido em conjunto com as ações masculinas, o protagonismo feminino foi de grande relevância na luta pelo fim da escravidão (SILVA; BARRETO, 2014).

Os livros de Maria Firmina trazem como foco o retrato das mulheres do período oitocentista. Mães, esposas, filhas, que de alguma maneira sofriam caladas por figuras masculinas, seja ela em relacionamento conjugal, como os mais frequentes perfis abordados pela escritora, ou mulheres perdidas, sofridas por conta da escravidão.

Mas em meio a todas as mazelas da sociedade em relação a mulher, Firmina dá vida ao novo, a uma nova essência de mulher naquela sociedade, que propriamente poderia ter sido baseada nela mesma, uma mulher que lutava pela abolição da escravidão e que também levava uma vida contrária a que a sociedade lhe impunha e que também lutava pelos direitos civis das mulheres de sua era.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo consistiu em uma análise das representações sobre as mulheres nos livros *Úrsula*, *Gupeva* e *A Escrava*, escritos pela primeira romancista brasileira, Maria Firmina dos Reis, contextualizado pela análise de como a era a educação das mulheres do século XIX.

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou obter informações sobre o componente curricular das escolas femininas, e como a educação do século XIX, mesmo sendo dedicada aos afazeres domésticos, teve seu papel crucial para a educação da mulher. A Educação no século XIX era primordial para o matrimônio. As meninas que estudavam recebiam um verdadeiro treinamento prático e teórico de como ser boas esposas, donas de casa e mães.

Contudo, os meninos estudavam para tornarem-se um bom profissional. As suas responsabilidades giravam em torno do trabalho, da sociedade e de arranjar uma boa esposa, que daria a ele, filhos, que futuramente seriam motivo de orgulho, pois cuidariam dos pertences da família e se fossem filhas poderiam conseguir aliança com outras famílias, através de um casamento arranjado.

O século XIX é marcado pelo surgimento de diversas escolas femininas, públicas e privadas; como Recolhimento de Anunciação e Remédio, Nossa Senhora da Glória e o Asilo de Santa Teresa que ofereciam uma educação de qualidade para as meninas de acordo com o que era imposto na época.

Entretanto, muitas meninas não tinham acesso a essa educação, em muitos casos os pais não priorizavam a educação feminina e tratavam com total descaso, sendo notório nos livros de matrículas da época, onde se encontrava mais meninos do que meninas matriculadas.

Em meio a tantas mulheres daquela época que dedicavam-se ao lar, temos Maria Firmina dos Reis, uma mulher aparentemente simples, mas que fez algo grandioso para época, se renegou as atividades do lar e se dedicou aos estudos, que de professora de Primeiras Letras de Guimarães, revela-se como uma mulher corajosa, que tinha ideais a expor através de seus escritos.

Os livros e vida de Maria Firmina trazem consigo o contexto da educação feminina e as dificuldades enfrentadas para a mulher daquele século. A autora lança seus livros como protesto, não apenas abolicionista, mas também na luta para dar voz a mulher na sociedade. Em seus livros, as mulheres falavam por si mesmas, levando

para aos leitores da época, essa visão, que a mulher do século XIX também tinha voz e que podia contar suas histórias, sem precisar se esconder atrás da figura masculina.

Maria Firmina, quebrando paradigmas, conquistou voz na sociedade, servindo como um exemplo de coragem para outras mulheres, através de seus livros. A escritora deu fala às mulheres, revelando o contexto político e social em que cada uma vivia. Seus livros revelam diferentes perfis de mulheres, educação e dilemas de vida que cada uma passava, em uma sociedade altamente machista.

Prevalecendo em seus livros a representação de mulheres sofridas, e infelizes por viverem maltratadas por seus maridos ou figuras masculinas que tratavam com total crueldade essas mulheres, livre ou escravas, todas essas mulheres carregavam consigo o fardo de uma vida infeliz.

Nas obras publicadas por Maria Firmina dos Reis as mulheres constam como protagonistas. Explorando uma diversidade de perfis femininos que revelam a representação monolítica e tradicional do século XIX, no qual a mulher respondia passivamente ao papel de submissa que a sociedade esperava dela.

Assim, percebemos como a educação do século XIX teve um papel muito importante para a abertura da educação feminina no Maranhão e o papel crucial que teve Maria Firmina para a explanação de ideais sociais e políticos para aquela época, também servindo de inspiração para as mulheres do seu tempo e também homens daquela época que já achavam necessário a participação das mulheres na vida pública.

REFERÊNCIAS

- A BANDURRA. **Estado do Maranhão**. São Luís. nº 17, 1828.
- ARGOS DA LEI. **Estado do Maranhão**. São Luís. nº 012, 1825.
- CORREIO D' ANNUNCIOS, SEMANÁRIO COMMERCIAL DO MARANHÃO. **Estado do Maranhão**. São Luís. nº17,1828, p. 625.
- DIÁRIO DO MARANHÃO. **Estado do Maranhão**. São Luís. nº163,1856, p.01.
- DIÁRIO DO MARANHÃO. **Estado Maranhão**. São Luís. nº143, 1874, p.02.
- DIÁRIO DO MARANHÃO. **Estado Maranhão**. São Luís. nº 143,1874, p.02.
- FAROL MARANHENSE. **Estado do Maranhão**. São Luís. nº 58, 1829, p.13.
- FAROL MARANHENSE. **Estado Maranhão**. São Luís. nº 02, 1828, p. 167.
- ABRANCHES, Dunshee. **O Cativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: (?), 1941.
- ABRANTES, S. E. **A Educação do “Bello Sexo”** em São Luís na Segunda metade do Século XIX. In São Luís: COSTA, W. C. da (Org.). **História do Maranhão: Novos estudos**. São Luís/MA: Editora EDUFMA, 2004, p.143-173.
- BASTOS, Laísa Marra de Paula Cunha. Maria Firmina dos Reis e o projeto nacionalista literário no século XIX. **Literafro**, Minas Gerais, v. 1, n. 1. 16 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/29-critica-de-autores-feminios/319-maria-firmina-dos-reis-e-o-projeto-nacionalista-literario-no-seculo-xix-critica>>. Acesso em: 3 abr. 2019.
- COSTA, C. dos Reis. **Maranhão 1948**. Departamento estadual de estatística, IBGE. São Luís, (?), 1950.
- CUNHA, Suzana Karyme Gonçalves da. **A EDUCAÇÃO DE MENINAS DESVALIDAS NO MARANHÃO IMPÉRIO**. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file. Acessado em: 20 de agosto de 2019.
- CRUZ, M. S.; MATOS, E. L.; SILVA, E. H. “Exma. Sra. d. Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense”: a notoriedade de uma professora afrodescendente no século XIX. **NOTANDUM** (USP). São Paulo, v.48, p.151 - 166, 2018. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/notand48/index.htm>>. Acesso em: 31 out. 2018.
- CORREA, J. S. Maria Firmina dos Reis, vida e obra: uma contribuição para história das mulheres e dos afrodescendentes no Brasil. **Revista Feminismo**. UFBA, Bahia, n. 1, vol. 3, setembro-dezembro de 2013. Disponível em:<<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/issue/view/4>>. Acesso em 25 de junho de 2019.

CUNHA, Washington Dener dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. **Gênero**, Niterói, v. 11, n. 1, p.97-106, fev. 2010. Disponível em: <www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/download/62/40>. Acesso em: 5 abr. 2019.

LEAL, A. H. **Pantheon Maranhense**: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. História das mulheres no Brasil. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 446-481.

MENDES, M. A. **A Escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira**: revisitando o cânone, 2016.

MORAIS FILHO, J. N. Maria Firmina: **fragmentos de uma vida**. São Luís: Imprensa do Governo do Maranhão, 1975.

MUNIZ, Diva de Couto Contijo; MACENA, Fabiana Francisca. Mulheres e Política: A participação nos movimentos abolicionistas do século XIX. Publicado em 27 de fevereiro de 2012. Disponível em https://www.researchgate.net/scientific-contributions/54524924_Fabiana_Francisca_Macena. Acesso em 14 de jul. 2019

O JORNAL DE TODOS NO BRASIL: **A corajosa índia Paraguaçu**. São Paulo, 07 jun. 2010. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/cultura/a-corajosa-india-paraguacu/>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

PEREIRA, **ESTUDOS LINGÜÍSTICOS: Escravidão e loucura**: uma leitura do conto "A escrava", de Maria Firmina dos Reis. São Paulo: v. 46, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1695>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

PUBLICADOR MARANHENSE. **Estado do Maranhão**. São Luís. nº 202, 1829, p.01.

PLANALTO. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm>. Acesso em: 10 jun. 2019.

QUEM foi Maria Firmina dos reis, considerada a primeira romancista brasileira. São Paulo: Cult, 10 nov. 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/centenario-maria-firmina-dos-reis/>>. Acesso em: 28 out. 2019.

REIS, M. F. dos. **Úrsula**. Romance original brasileiro. Rio de Janeiro, edição fac-símile à de 1859, 1975.

RODRIGUES, M. L. **Educação feminina no recolhimento do Maranhão**: o redefinir de uma instituição. São Luís: café & lápis; EDUFMA; FAPEMA, 2012.

SANTOS, José Benedito dos. **A literatura afrodescendente de Maria Firmina dos Reis**. 208 f. Tese (MESTRADO) - Curso de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SILVA, Régia Agostinho da. Maria Firmina dos Reis e seu conto Gupeva. **Outros Tempos**, São Luís, p.1-6, jun. 2013. Disponível em: <<https://www.outrostempos.uema.br/oitocentista/cd/ARQ/53.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2019.

TELLES, N. Escritoras, escritas e escrituras. In: DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 407-409.

TELLES, N. **Rebeldes**: escritoras, abolicionistas. São Paulo: 1989, p. 73- 83.

TOLOMEI, Cristiane Navarrete. **Maria Firmina dos Reis, decolonialidade e escrita abolicionista na imprensa maranhense oitocentista**. 2019. 168 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Federal do Maranhão, São Paulo, 2019. Disponível em: <cntolomei@yahoo.com.br>. Acesso em: 30 out. 2019.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis**: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

ZIN, Rafael Balseiro. Maria Firmina dos Reis e seu conto Gupeva: uma breve digressão indianista. **EM TESE**. São Paulo: PPG SP, v. 14, n. 1, 25 jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/1806-5023.../34554>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

ANEXOS

ANEXO I - Imagens de Maria Firmina dos Reis feitas a partir de relatos.



Busto exposto na praça do Pantheon em São Luís – MA



Quadro atribuído a Maria Firmina dos Reis, feito a partir de autores conhecidos. Exposto em Acervo de Guimarães.

ANEXO II - Atestado de óbito de Maria Firmina dos Reis, encontrado na obra de Nascimento de Moraes Filho.

Table nº _____

15. 8. _____

República dos Estados Unidos do Brasil

ESTADO DO  MARANHÃO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL de Guimarães

COMARCA DE Guimarães

ÓBITO N.º 339 O OFICIAL Letina Furtado Cavaignac

CERTIFICO que às folhas III e III v. do livro n.º 4 do Registro de Óbitos, foi lavrado o assentamento de Maria Firmina dos Reis falecido ao S 11 de novembro de 1917 às 10 horas, em cidade de Guimarães - Ma. de sexo feminino, de cor branca, profissão sem, natural de Maranhão, estado civil solteira, 92 anos de idade, domiciliado em cidade de Guimarães - Ma., filho de João Pedro Esteves e de Leonor Reis

Foi declarante Manfredo Olimpio da Costa, sendo o atestado de óbito firmado Orcenil Coutinho e Daniel de Jesus Cardozo, que de — como causa da morte —, o sepultamento foi feito no cemitério público desta cidade de Guimarães - Ma.

Observações: O registro foi feito no dia 11 de novembro de 1.917.

O referido é verdade e dou fé

Guimarães - Ma. 17 de setembro de 1917

 Letina Furtado Cavaignac
OFICIAL

ANEXO III - Imagem da escritora gaúcha de Benedita Câmara Bormann (1853-1895), que era referenciada como Maria Firmina dos Reis.



ANEXO IV - Capa da primeira publicação feita do livro Úrsula em 1859.



Anno I. Domingo, 13 de Outubro de 1861. N. 25.

O JARDIM DAS MARANHENSES.

PERIODICO SEMANARIO.

LITTERARIO, MORAL, CRITICO E RECREATIVO.

—Subscreve-se nesta typographia ou na rua da Viração n. 6 á 1\$000 rs. por bimestre—ou 8 numeros—
A redacção accêita e publica todo e qualquer artigo, com tanto que seja concebido em termos decentes.

LITTERATURA.

A Rainha do baile.

Que mimo ! que roza !
Que filha de Deus ! ..
A. Azevedo.

I.

Eu amo o baile porque no ruído tumultuoso de suas sallos, divizo a imagem desta vasta comedia mundana, onde—rizes e lagrimas—esperança e desespero—sedução e orgulho—reinão confundidos nesse immenso turbilhão, sob a capa do prazer.

II.

Conheceste mancebos a virgem do baile ? Vistes o sorriso entr'aberto de seus labios ? A roza em botão não seria d'um encarnação mais bello, deliciosamente mais fresco !

—Intimo fulgor derramava dos fascinadores olhos, que ora languidos em profundo acismar, ora lançando sêntathas de amor e viveza brithavão como no horizonte brilha a estrella do pastor ao arrebol do dia.

—Ducil, meiga e affavel, ignota a vaidade e presumção, meigo sorrir lhe deslizava mansamente sobre a roza vermelha das faces, d'onde se desprendião nuficas notas da mais arrebatadora e angelica candidez.

—Revellava um composto de candura e perfeição. Cingia—the a fronte a saia auréola da virgindade:

e erguida com magico imperio, deitava notar-se as belluzas d'um eburneo collo que parecia inda reter as primeiras fontes de amor e leptação.

—Engolphada no prazer da dança, seu divino corpo mais ligeiro e leve do que uma sylphide, parecia no redor da walsa o vaporoso e divinal reflexo, d'um habitante dessa etherea manação, voando aos pés do Creador.

—Sua voz argentina mais doce e harmoniosa que o cantico dos Anjos, abrandaria por mais enpedernadas que fossem as fibras do coração do sceptico, e torna-lo-hia para logo captivo de tão infidos attractivos.

—Oh, quizera ao menos ter uma lyra, onde em douradas cordas decantasse a imagem dessa ephemera e graciosa visão.---

—Mas, as cordas não resistem as intimas emoções da alma, quando o vate não encontra na terra imagens para uma comparação ?

—Quizera ao menos que essa noite, de baile durasse por seculos, mais tarde findando, porque contemplando a—ruína della—infundio-se em minha alma o mais venerando culto e verdadeira adoração, que para sempre será a bussola de minha tão anhelada ventura !

Setembro 28—1861. J. R.

Gupeva.

ROMANCE BASILIENSE.

I.

Era uma bella tarde de agosto; e o Sol, que declinava ja no occidente, mandava seus doces, e melancholicos adeos, a pacificas aguas da Bahia de Todos os Santos; e esses raios amortecidos d'um sol, que meigamente se despedia a nossa vista, brincavam nas enxarcias d'um navio, ahi ancorado; e beijavam o cume dos palmares, e os areiaes da praia. Eu amo a belleza da tarde, como a um suspiro, que rpassado de amor, e de saudade, destacando-se do coração d'uma donzella, fuge vagaroso, tímido, e melancholico.

Era pois uma bella tarde, dessas que inspiram poesia, dessas que obrigam o homem, a um doçissimo acismar, porque parece-lhe por toda a parte resutar os sons longiquos d'uma harpa. Esses misti-

CHRONICA SEMANARIA.

—Bravos, bravos, ahi temos o—JARDIM—sempre bello e infallivel ! (Dirão as amaveis

cos sons, que escutamos no cahir da tarde, devem ser a voz dos anjos, que derramada das alturas, vem quasi sumida; mas melodiosa, e doce afagar nossos ouvidos, e serenar nosso dorido e accusado, soffrer.

O navio, que veinos ancorados n'essa bella Bahia, a hora solemne do crepusculo, era o Infante de Portugal, vaso de guerra que ahi havia trasido Francisco Pereira Coutinho, donatario d'aquelle Capitania, depois que a celebre Paraguassu, Princesa do Brasil, endera seus direitos em favor da coroa de Portugal. O Infante, acabava de receber os ultimos ordens de Coutinho, e valejava no dia seguinte em demanda do Tejo.

Recomado ao castello da proa, com os olhos fitos em terra, como que davorava por um frenetico desejo, desenhava-se a forma esbelta, e juvenil de um bello mancebo, cujo uniforme de marinha, fazia sobrehir, com os finos traços de suas feições aristocratas, a brancura d'uma pelle levemente crestada pela ardência do sol. E o mancebo, com os olhos fitos em terra, parecia meditar profundamente, por que em seus grandes olhos negros transparecia toda o desajoeço d'um coração, que decerto, e que não